

JORNAL DO SENADO

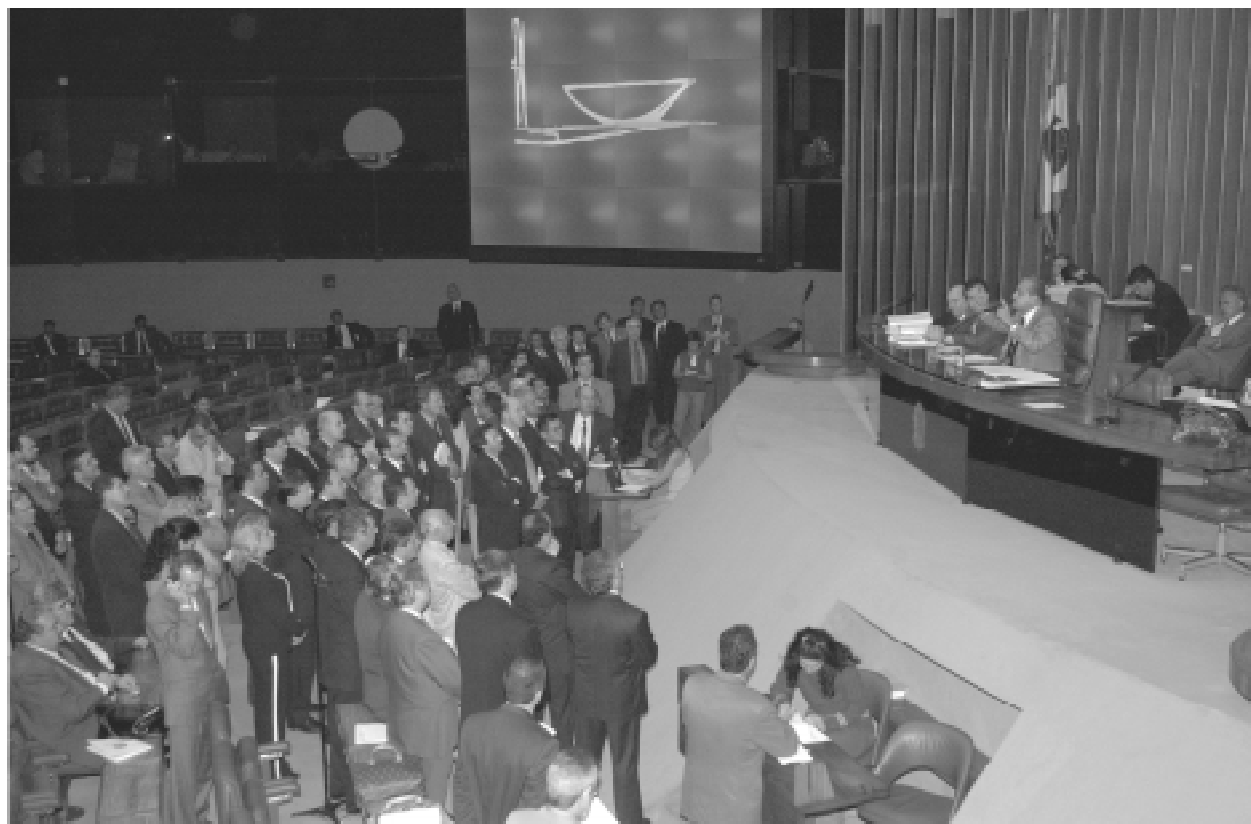
ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.373 - BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 3 DE OUTUBRO DE 2001

Projeto que altera a urna eletrônica vai para a Câmara

A Câmara dos Deputados pode votar hoje o projeto do senador Roberto Requião que visa dar mais segurança ao voto eletrônico ao permitir sua impressão, conferência visual por parte do eleitor e depósito automático, sem contato manual, em local previamente lacrado. A proposta foi aprovada ontem pelo Senado, nos termos de substitutivo de Romeu Tuma.

PÁGINA 3



Tebet envia PPA a comissão e celebra o entendimento

O presidente do Senado, Ramez Tebet, enviou ontem à Comissão Mista de Orçamento o substitutivo e as alterações feitas no Plano Plurianual, como havia defendido a oposição no Congresso. Dessa maneira, foi superado o incidente ocorrido na sessão de 25 de setembro. Lideranças de todas as tendências partidárias da Câmara dos Deputados defenderam o entendimento e elogiaram a "coragem, franqueza e generosidade" de Ramez Tebet.

PÁGINA 3

Ramez Tebet presidiu ontem a sessão do Congresso Nacional depois da superação do incidente sobre a tramitação do Plano Plurianual de Investimentos

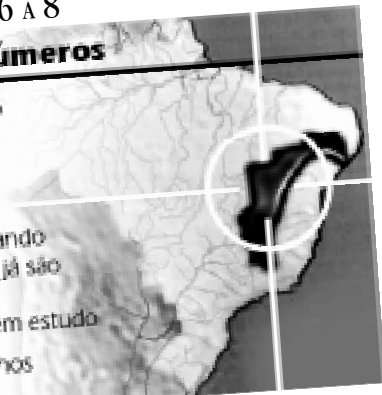
Homenagem ao São Francisco debate revitalização do rio

Ele corta o país de sul a norte e é conhecido como o "Rio da Unidade Nacional". O São Francisco recebeu ontem do Senado homenagem lembrando os 500 anos da passagem de Américo Vespúcio. Senadores debateram a revitalização do rio.

PÁGINAS 6 A 8

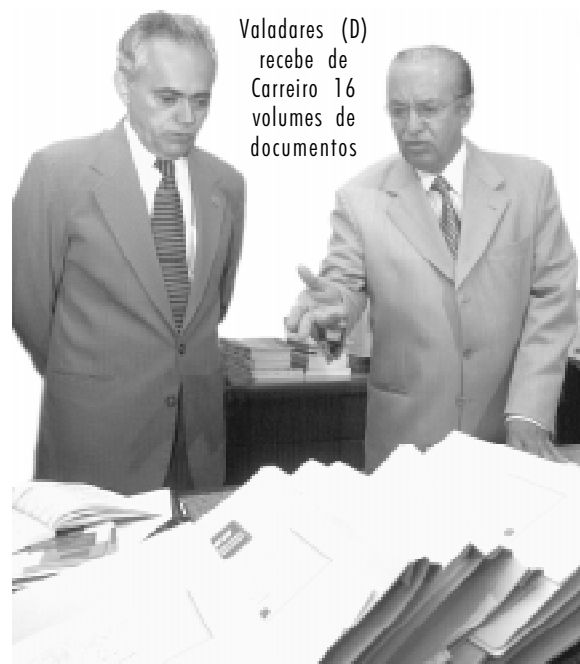
O "Velho Chico" em números

- 2.700 quilômetros de extensão
- Banha 500 municípios
- Possui 9 hidrelétricas
- Há 25 projetos de irrigação usando suas águas. 122 mil hectares já são irrigados. 20 mil estão sendo implantados. 660 mil estão em estudo
- Moram nos municípios ribeirinhos 15,5 milhões de pessoas



Valadares entrega relatório sobre Jader na sexta

Relator do pedido de abertura de processo por quebra de decoro parlamentar contra Jader Barbalho, o senador Antonio Carlos Valadares recebeu ontem a documentação do caso, entregue pelo secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro. Valadares anunciou que pretende entregar seu relatório na sexta-feira.



Valadares (D) recebe de Carreiro 16 volumes de documentos

PÁGINA 4

Senado decide hoje sobre mais verbas para região carente

Serão votadas duas PECs que visam reduzir as desigualdades regionais no país

O Plenário deve votar hoje, em primeiro turno, duas propostas de emendas constitucionais (PECs) que aumentam recursos para as regiões mais pobres do país, com o objetivo de reduzir os desequilíbrios regionais. As propostas são dos senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Ademir Andrade (PSB-PA), os quais entendem que a desigualdade econômica é o grande desafio do Brasil no momento.

A iniciativa de Valadares torna os fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste permanentes na Constituição, a fim de que não corram o risco de serem banidos da estrutura jurídica por qualquer ato governamental. Conforme a proposta, a lei deverá fixar os valores anuais a serem colocados nesses fundos, os quais serão repassados na forma de duodécimos mensais.

A PEC proíbe o contingenciamento desses recursos, para impedir que o governo federal a eles recorra na ocorrência de incerteza em relação



Propostas são de iniciativa dos senadores Antonio Carlos Valadares e Ademir Andrade

à arrecadação tributária e ao cumprimento das metas do déficit público. Se aprovada em primeiro turno, a matéria ainda será submetida a três sessões de discussão, para depois ser votada em segundo turno. Sendo confirmada a aprovação, irá à deliberação da Câmara.

A proposta de Ademir Andrade aumenta o percentual de receitas tributárias destinadas ao financiamento do setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A PEC eleva de 47% para 48% a parcela do produto da arrecadação dos impostos sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza e sobre Produtos Industrializados componente dos fundos constitucionais.

CMO ouve secretário do Tesouro Nacional

A Comissão Mista de Orçamento realiza hoje, a partir das 9h, audiência pública com o secretário do Tesouro Nacional, Fábio de Oliveira Barbosa, para avaliar o cumprimento das metas fiscais do último quadrimestre, segundo determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ao final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo é obrigado a fazer um balanço sobre o cumprimento das metas fiscais do quadrimestre anterior.

Comissão delibera sobre proposta de fiscalização na Ceron

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) do Senado vota hoje, a partir das 18h, entre outras matérias, proposta do então senador Ernandes Amorim para que seja realizada fiscalização de atos relacionados à Companhia de Energia Elétrica de Rondônia (Ceron), entre eles, a aquisição de controle acionário de diversas empresas pela Eletrobrás. A proposta tem parecer favorável do relator, senador Moreira Mendes (PFL-RO).



QUARTA-FEIRA, 3 DE OUTUBRO DE 2001

AGENDA

Senador Ramez Tebet
Presidente

10h — Recebe o ministro do Trabalho e Emprego, Francisco Dornelles
10h30 — Recebe o deputado professor Luizinho, acompanhado de Carlos Abicalli, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação (CNTE)
15h — Participa de cerimônia de filiação do senador Sérgio Machado ao PMDB.
Liderança do PMDB
17h15 — Recebe o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer
20h — Participa de jantar na residência do senador Lindberg Fary

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: votação, em primeiro turno, da PEC nº 12/01, dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 20/01, altera redação do artigo 159, inciso I, alínea "c", da Constituição federal (dispõe sobre o aumento de 3% para 4% do produto da arrecadação dos impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e sobre Produtos Industrializados); Requerimento nº 608/00, solicita que o Senado formule voto de censura junto ao governo fundamentalista do Afeganistão, que se autodenomina Emirado Islâmico do Afeganistão, apontando a indignação dos brasileiros com relação aos acontecimentos que vêm tendo lugar naquele país, onde é flagrante o desrespeito às mulheres, submetidas a toda espécie de maus-tratos e humilhações pelo regime Talibã; Requerimento nº 516/01, solicita seja levada ao conhecimento do governo brasileiro a posição do Senado Federal, no sentido de que a política externa brasileira, em face dos trágicos acontecimentos do dia 11 de setembro deste ano, busque encorajar as nações amigas quanto a precipitados atos de retaliação contra populações inocentes, a ensejar graves desdobramentos para a paz mundial e o destino da Humanidade; Mensagem nº 192/01, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Carlos Alberto Ferreira Guimarães para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República da Nigéria; Mensagem nº 198/01, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Celso Luiz Nunes Amorim para exercer a função de embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte; Mensagem nº 199/01, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Luiz Felipe de Seixas Corrêa para exercer a função de embaixador chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão comunitária.

17h30 — Sessão deliberativa extraordinária

Pauta: Exposição do ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, a fim de prestar esclarecimentos sobre a posição oficial brasileira face à crise internacional provocada pelos ataques terroristas aos Estados Unidos da América, no dia 11 de setembro último, atendendo ao Requerimento nº 09/2001-CRE, de autoria do senador Jefferson Péres.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLS nº 184/00, dispõe sobre a regulamentação da profissão de cerimonialista e suas correlatas, cria o Conselho Federal e os conselhos regionais; PLS nº 79/00, altera a Lei nº 8.080/90, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes; apreciação, em turno suplementar, do substitutivo ao PLS nº 65/00, acrescenta parágrafo ao art. 11 da Lei nº 6.360/76, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, para determinar que os medicamentos em determinadas apresentações sejam vendidos a granel, na quantidade indicada na prescrição; substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 294/89, dispõe sobre a seleção de locais, a construção, o licenciamento, a operação, a fiscalização, os custos, a remuneração, a responsabilidade civil e as garantias dos depósitos de rejeitos radioativos; PLS nº 258/00, regulamenta a profissão de treinador de goleiros de futebol; PLC nº 29/01, dispõe sobre a indicação de edulcorantes na embalagem de produtos dietéticos e similares; PLS nº 136/01, revoga os artigos 578 e 610 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, para extinguir a contribuição sindical prevista em lei; e PLS nº 5 e 68, de 2000, acrescenta dispositivos à Lei nº 7.998/90, para conceder o benefício do seguro-desemprego aos trabalhadores que específica; dispõe sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego ao trabalhador extrativista vegetal durante o período em que estiver impedido de exercer sua atividade. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

9h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: audiência pública sobre a "Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do

Último Quadrimestre", conforme o disposto no art. 9º, parágrafo 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, com a presença do secretário do Tesouro Nacional, Fábio de Oliveira Barbosa. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães — Câmara dos Deputados*

10h — Reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Subcomissão de Turismo

Pauta: audiência pública com a presença dos presidentes Celso Cipriani, da Transbrasil; Constantino de Oliveira, da Gol Transportes Aéreos; Daniel Mandelle Martin, da TAM; Ozires Silva, da Varig; Wagner Canhedo, da Vasp; e George Ermakoff, do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas, com o objetivo de discutir a "Situação da Aviação Comercial Brasileira". *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: audiência pública para instruir o PLS nº 650/99, que institui cotas de ação afirmativa para a população negra no acesso aos cargos e empregos públicos, à educação superior e aos contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

Convidados: presidentes da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Roberto Borges Martins, e da Fundação Cultural Palmares, Carlos Alves Moura; professores Neumar Aguiar, do Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, e Cristovam Buarque, da Universidade de Brasília; ator Milton Gonçalves, da Rede Globo de Televisão; a secretária-executiva Dulce Maria Pereira, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); ministro Paulo Renato Souza, da Educação; reitora Ivete Sacramento, da Universidade do Estado da Bahia; e Mãe Sílvia de Oxalá, do Instituto Axé Ilê Obá (SP). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h — Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática

Pauta: audiência pública sobre a Medida Provisória nº 2.228-1/01, que estabelece princípios gerais da política nacional do cinema.

Convidados: Evandro Guimarães, vice-presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo; Marcos Bitteli, especialista nas áreas de legislação e exibição; Luiz Carlos Barreto, produtor de cinema; Gustavo Dahl, cineasta; e Steve Solot, vice-presidente da Motion Pictures Association (MPA) para a América Latina. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

14h — CPI do Roubo de Cargas

Pauta: reunião administrativa. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

18h — Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Diversos nº 128/95, encaminha ao Senado Federal, para conhecimento e providências cabíveis, cópia de relatórios preliminares das perícias técnicas contábeis e médicas, realizadas em procedimentos instaurados na Procuradoria da República do Estado de São Paulo, em atendimento às recomendações da CPI que apurou irregularidades no Inamps/SUS; Aviso nº 182/2000, encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 778/2000, bem como dos respectivos relatório de auditoria e voto que a fundamentam, realizada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), nas obras da barragem do açude público Castanhão, município de Alto Santo (CE); e Proposta de Fiscalização e Controle nº 2/99, dispõe sobre a fiscalização e controle da aquisição de controle acionário pela Eletrobrás de empresas mencionadas no requerimento e também outros atos de gestão administrativa relacionadas à Ceron (Companhia de Energia Elétrica de Rondônia). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 20/01, altera redação do artigo 159, inciso I, alínea "c", da Constituição federal (dispõe sobre o aumento de 3% para 4% do produto da arrecadação dos impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e sobre Produtos Industrializados); PLC nº 2/2000, dispõe sobre o valor das beneficiárias executadas com recursos públicos nas desapropriações para fins de reforma agrária; PLC nº 58/01, acrescenta incisos ao art. 3º da Lei nº 8.171/91, que dispõe sobre a política agrícola; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem; e Requerimento nº 517/01, do senador Waldeck Ornelas, solicitando a tramitação conjunta dos PRs nºs 43 e 44, de 2001, por regularem a mesma matéria.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Morais, e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Substitutivo e alterações no PPA são enviados à Comissão de Orçamento

O presidente do Senado, Ramez Tebet, anunciou ontem o envio do substitutivo e das alterações feitas no Plano Plurianual à Comissão Mista de Orçamento, conforme defenderam os líderes oposicionistas na sessão do Congresso de 25 de setembro, a primeira presidida por ele. Tebet admitiu ter interpretado de forma equivocada naquela ocasião o Regimento Comum. Ele elogiou a postura dos parlamentares oposicionistas que reconheceram os excessos cometidos pelos deputados que criticaram a decisão.

— A política é a mais nobre das atividades e é a que mais desperta paixões. E no calor das paixões quem é que não se excede? — perguntou.

A decisão foi fruto de acordo entre as lideranças partidárias, o que demonstra, na avaliação do senador, que o Congresso não é uma Casa de radicalismos e de intolerância, mas da construção, dos gran-



Tebet elogiou postura dos parlamentares oposicionistas, que reconheceram excessos cometidos por deputados que criticaram decisão da presidência

des debates e do entendimento.

Tebet ressaltou a importância do diálogo para o bom funcionamento do Legislativo, dizendo que só assim a Casa poderá atender às expectativas da sociedade.

— O Congresso Nacional precisa retomar a sua liturgia, para que os trabalhos possam ser melhor ordenados — disse.

A decisão de Tebet foi apoiada

pelos lideranças de todos os partidos, fato que, segundo o senador, confere maior credibilidade a sua gestão à frente do Congresso Nacional.

— Há poucos dias fui eleito presidente do Senado. Mas hoje passo a me considerar eleito também pelo Congresso Nacional. E eu vou corresponder à confiança do povo — frisou Ramez Tebet.

Lideranças aplaudem atitude de Tebet

A decisão do presidente do Senado, Ramez Tebet, de enviar à Comissão de Orçamento as alterações feitas no Plano Plurianual recebeu elogios de parlamentares de todas as correntes ideológicas representadas no Congresso. Coragem, franqueza e grandeza foram alguns dos termos usados para definir a postura de Tebet na sessão de ontem do Congresso.

— A decisão foi um ato de grandeza e generosidade, e a oposição não poderia caminhar em outra direção que não a do entendimento — frisou o líder do PT na Câmara, deputado Walter Pinheiro (BA).

O deputado Miro Teixeira (RJ), líder do PDT, disse que a sessão

de ontem inicia uma nova fase na vida do Congresso, marcada pelo respeito recíproco.

O líder oposicionista Inácio Arruda (PCdoB-CE) mostrou-se otimista com os rumos que o Congresso tomará a partir de agora. “A Casa retoma o debate político e passa a discutir as matérias de interesse da sociedade. O Congresso vai fazer política com ‘p’ maiúsculo, sem que isso signifique abrir mão de nossos princípios, de nossa radicalidade — comentou.

Líderes de partidos governistas também ressaltaram a capacidade que Tebet demonstrou de apaziguar os espíritos no Congresso. “O começo desta gestão é o mais auspicioso”, testemu-

nhou o líder do governo no Congresso, Artur Virgílio (PSDB-AM).

O senador por Mato Grosso do Sul Juvêncio Fonseca (PMDB) disse que o episódio revelou ao país o temperamento equilibrado de Tebet. A contribuição do presidente do Senado, na avaliação de Juvêncio, é para que o país entenda que o momento é de respeito entre as diversas correntes políticas, em benefício da nação.

O deputado Arnaldo Faria de Sá (PPB-SP) foi outro que elogiou o comportamento de Tebet. Ele fez, no entanto, uma ressalva: de que não se abra um precedente, no que diz respeito a decisões tomadas pela Mesa.

“Episódio está inteiramente superado”

Logo após ter recebido visita das lideranças da Câmara, que se manifestaram por um amplo entendimento capaz de encerrar o incidente ocorrido durante a sessão do Congresso de 25 de setembro, o presidente do Senado, Ramez Tebet, garantiu, em entrevista, que “o episódio está inteiramente superado”.

— Fiquei muito sensibilizado com o gesto de todos os deputados que aqui vieram, junto com o presidente da Câmara, reconhecendo a necessidade de retomar os trabalhos do Congresso em clima de harmonia e paz, para o bem da população e do Parlamento, e, por isso, decidi-



Tebet afirmou em entrevista, após encontro, que gesto das lideranças “suplantou tudo”

mos reabrir a sessão. Este gesto suplantou tudo — afirmou.

Tebet agradeceu a participação do

presidente da Câmara, Aécio Neves, na condução das negociações. Aécio disse que a reunião com Tebet marcou “um momento de grandeza do Congresso Nacional”.

— O simples fato de os líderes de oposição terem vindo à presença do presidente Tebet e reconhecido com clareza que excessos ocorreram mostra a grandeza do Parlamento. Ficou claro que, independente de

ser oposição ou governo, todos temos compromisso com o Congresso — enfatizou.

Projeto que amplia segurança do voto vai para a Câmara

Aprovada ontem pelo Senado, matéria pode ser examinada hoje pelos deputados

Em turno suplementar, o Senado aprovou ontem projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) determinando que a urna eletrônica disponha de mecanismo que permita a impressão do voto, sua conferência visual e depósito automático, sem contato manual, em local previamente lacrado, após conferência pelo eleitor.

A proposta foi acolhida nos termos de substitutivo do senador Romeu Tuma (PFL-SP) e, conforme acordo de lideranças, a matéria pode ser votada hoje pela Câmara dos Deputados. O texto estabelece que, ao conferir o voto impresso, se o eleitor não concordar com o registrado, poderá cancelá-lo e repetir a votação.

Caso persista a discordância entre o voto e o registro impresso, o voto será colhido em separado e apurado na forma a ser regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral. Quanto à urna, será

submetida a teste por pelos menos dois fiscais de diferentes partidos ou coligações.

Verificada a existência de problema com a urna, o juiz eleitoral tomará medidas necessárias à continuação da votação e providenciará a abertura de inquérito para apurar o fato e punir os infratores. Foi ainda decidido que, na véspera da votação, o juiz sorteará 3% das urnas de cada zona eleitoral para terem seus votos impressos, contados e conferidos com os resultados apresentados pelo respectivo boletim de urna.

Entre as 19 emendas apresentadas ao texto final, nove foram aprovadas, entre elas uma dispondo que a diferença entre o resultado apresentado no boletim de urna e o da contagem dos votos impressos será resolvida pelo juiz eleitoral, que também decidirá sobre a conferência de outras urnas.



Requião lamentou estabelecimento de conexão eletrônica entre mesa de votação e urna

Requião critica aprovação de mudanças em sua proposta

O senador Roberto Requião, autor do projeto que aumenta a segurança e a fiscalização do voto eletrônico, determinando a impressão de cédulas, criticou, durante a votação da matéria, a aprovação de alterações em sua proposta. Segundo o senador, boa parte de seus esforços na busca de eleições mais transparentes pode ter sido em vão, em decorrência das alterações.

Ele lamentou especialmente o

estabelecimento de conexão eletrônica entre a mesa eleitoral e a urna, o que, a seu ver, torna o sistema vulnerável e permite, em teoria, a identificação da ordem de votação. Em consequência, explicou, pode ser possível detectar a escolha do eleitor.

— Queremos a aberração do painel eletrônico do Senado, que permite a violação do sigilo do voto? — indagou em Plenário.

Valadares promete relatório na sexta-feira

Relator do caso Jader recebe das mãos do secretário-geral da Mesa 16 volumes contendo toda a documentação sobre o pedido de abertura de processo por quebra de decoro parlamentar contra ex-presidente do Senado

O relator do pedido de abertura de processo por quebra de decoro parlamentar contra o senador Jader Barbalho (PMDB-PA), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que é o segundo-vice-presidente do Senado, recebeu na manhã de ontem, das mãos do secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, os 16 volumes contendo toda a documentação sobre o assunto. Valadares anunciou que pretende entregar seu relatório sobre o caso nesta sexta-feira.

A ajuda de dois consultores legislativos na análise dos documentos e na elaboração de seu parecer foi requisitada por Valadares. Ele garantiu que limitará sua manifestação à verificação da “constitucionalidade, legalidade e cumprimento das formalidades regimentais do Senado”, por parte do Conselho de Ética. Valadares não pretende entrar no mérito do caso.

Valadares disse ainda que irá convidar a imprensa para participar da entrega oficial do documento ao presidente da Casa, se-

nador Ramez Tebet, e observou que o fato de apresentar uma data para concluir seu relatório não significa que esteja analisando a matéria de “maneira açodada”.

— São 16 volumes e eu já comecei nesta terça-feira mesmo o estudo do material. Percebo que existe desejo unânime de dar um basta nessa crise, pois o prejuízo do problema está recaindo sobre a nação e a sociedade brasileira. O melhor será que a solução aconteça de forma rápida para que a Casa recupere sua imagem e possa voltar-se para os grandes debates nacionais — declarou.

O senador disse não estar preocupado com a possibilidade de Jader Barbalho apresentar até amanhã sua renúncia ao cargo, fato que determinaria o arquivamento do processo, sem a necessidade de manifestação do relator.

— Vou cumprir meu papel e a missão recebida. Até que surja fato novo, meu dever é analisar o processo e elaborar parecer para ser apreciado pela Mesa; e é isso o que farei — concluiu.



Ramez Tebet reuniu-se ontem com Carlos Wilson e Jefferson Péres para analisar o caso Jader

Senador ainda não comunicou decisão de renunciar, diz Tebet

Apesar das notícias veiculadas na imprensa de que é iminente a renúncia ao mandato por parte do senador Jader Barbalho, o presidente do Senado, Ramez Tebet, disse na manhã de ontem que não recebeu qualquer comunicação sobre essa possibilidade.

— Oficialmente não há nada, não fui contatado e de prático apenas existe a designação de relator para analisar o processo na Mesa e o cumprimento de nossa obrigação regimental — afirmou.

Tebet disse ter conhecimento do noticiário e admitiu que a hipótese da renúncia seria a “solução mais rápida” para o caso. Mas destacou que não fará “qualquer juízo de valor, pois essa é uma iniciativa eminentemente pessoal do senador”. Caso seja efetivada a renúncia,

acrescentou, o papel da Mesa será o de convocar o primeiro suplente. Se ele não assumir — a primeira suplência é do pai do senador Jader Barbalho e ele já disse que não exerceria o resto do mandato para o qual o filho foi eleito —, a Mesa convocará o segundo suplente.

O segundo suplente também está citado nas investigações sobre o caso Banpará. Se ele também se recusar a assumir o mandato, tanto Tebet quanto o senador Carlos Wilson (PTB-PE), primeiro-secretário da Mesa diretora, entendem, “em uma primeira análise”, que o cargo poderá ficar vago até as eleições de 2002. Isso porque, esclareceu o presidente do Senado, a lei não prevê nova eleição para o preenchimento da vaga se a vacância ocorrer nos últimos 15 meses do mandato.

Carlos Wilson: momento é de reciclagem

O primeiro-secretário, senador Carlos Wilson, afirmou que, apesar de o julgamento de Jader Barbalho representar constrangimento para os colegas, também evidencia um momento de reciclagem para o Senado.

— Esse não é um momento agradável para a Casa, mas mostra que nós não estamos aqui para proteger ninguém, mas sim a instituição — afirmou o senador.

Sobre as notícias de que Jader pretende apresentar seu pedido de renúncia, Carlos Wilson informou que até o começo da tarde de ontem a Mesa não havia recebido nenhum comunicado oficial nesse sentido.

— Essa é uma decisão pessoal. Existe a possibilidade regimental da renúncia e, se ele quiser, poderá usar o direito de renunciar e não perder seus direitos políticos.



Raimundo Carreiro entrega ao senador Antonio Carlos Valadares a documentação sobre pedido de processo contra Jader

Entenda o caso

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar designou uma subcomissão de três parlamentares para analisar denúncias apresentadas contra o ex-presidente do Senado Jader Barbalho. Essa subcomissão, composta pelos senadores Jefferson Péres (PDT-AM), Romeu Tuma (PFL-SP) e João Alberto Souza (PMDB-MA), realizou a investigação para

apurar as informações necessárias à produção de um relatório.

A conclusão desse trabalho foi a indicação, aprovada por maioria de votos (2 a 1), com o voto contrário de João Alberto, de que haveria indícios de envolvimento do senador paraense no caso do desvio de recursos do Banpará.

Submetido ao plenário do Conselho de

Ética, o relatório foi aprovado. A partir daí, transformou-se na recomendação de abertura de processo para punição de Jader, por quebra do decoro parlamentar. Esse relatório foi encaminhado à Mesa do Senado, conforme determina o Regimento interno, para exame e votação. A Mesa tem 15 dias úteis para manifestar-se e o presidente Ramez Tebet designou o senador An-

tonio Carlos Valadares (PSB-SE) para relatar o caso.

Na manhã de ontem, o secretário-geral da Mesa fez a entrega formal dos documentos ao relator. Valadares terá, ainda segundo o Regimento, até sete dias úteis para apresentar seu parecer, mas o senador já anunciou que deverá manifestar-se em 72 horas.

CPI do Roubo de Cargas decide se prorroga trabalho

A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga o roubo de cargas no país poderá ter os

trabalhos prorrogados até junho do próximo ano. A decisão será tomada hoje em reunião marcada para as 14h, conforme informou a secretaria da comissão.

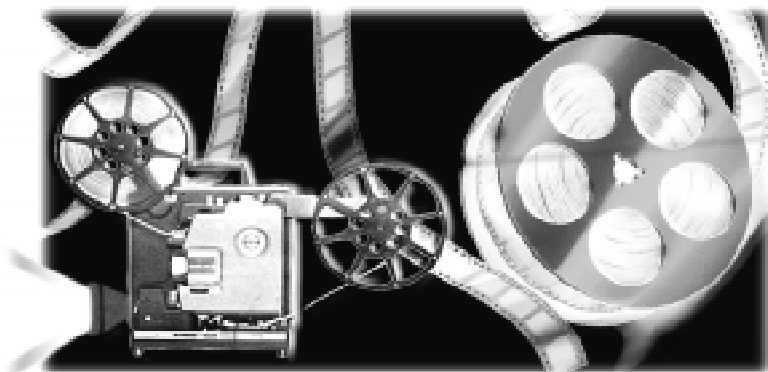
A CPI deverá prorrogar os trabalhos atendendo a solicitação de empresários do setor de transporte de cargas. Segundo afirmam, desde que a comissão iniciou as atividades, em abril do ano passado, o roubo de cargas diminuiu em todo o país.

Presidida pelo senador Ro-



meu Tuma (PFL-SP), a comissão já colheu mais de 200 depoimentos de empresários do setor e de pessoas ligadas ao roubo de cargas. De acordo com a secretaria, a CPI conseguiu a prisão de acusados de roubar mercadorias.

A comissão foi criada para apurar o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas por empresas rodoviárias, ferroviárias e aquaviárias, bem como para realizar investigações sobre suposta lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas de roubo de cargas.



Subcomissão analisa MP da Agência Nacional do Cinema

A Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática, criada no âmbito da Comissão de Educação, realiza às 10h audiência pública para debater a medida provisória (MP), editada em 10 de setembro, que estabelece os princípios gerais da política nacional do cinema.

A MP determina a criação, entre outros órgãos relacionados à produção cinematográfica, do Conselho Superior do Cinema e da Agência Nacional do Cinema. Também modifica a legislação sobre a contribuição para o desen-

volvimento da indústria cinematográfica.

Participarão da audiência o jurista Marcos Bitelli; o vice-presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo, Evandro Guimarães; o produtor de cinema Luiz Carlos Barreto; o cineasta Gustavo Dahl; e o vice-presidente da Motion Pictures Association na América Latina, Steve Solot.

A audiência foi requerida pelo presidente da subcomissão, senador Freitas Neto (PFL-PI), e pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), vice-presidente do colegiado.

Aberta no Salão Negro exposição de quadros e fotos do Rio São Francisco

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) inaugurou ontem, no Salão Negro do Senado, exposição de quadros e fotos tendo o Velho Chico como tema.

A exposição, que vai até o dia 15 de outubro, apresenta 22 quadros do pintor Otoniel Fernandes Neto e 40 fotos do francês Alain Dhomé. Otoniel já realizou diversas exposições nas principais capitais brasileiras e em Miami (EUA). Dhomé é publicitário especialista em arquitetura e trabalha para publicações como *GEO* e *The Observer*.

Leia sobre homenagem aos 500 anos do Rio Francisco nas páginas 6, 7 e 8

CCJ debate hoje criação de cotas para os negros

Devem participar da audiência, entre outros, o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, e o ex-governador do DF Cristovam Buarque

A destinação mínima de 20% das vagas em concursos públicos, universidades federais e contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) para a população negra será discutida hoje, a partir das 10h, em audiência pública promovida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta, prevista em projeto do senador José Sarney (PMDB-AP), conta com parecer favorável do relator, senador Sebastião Rocha (PDT-AP).

Além do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, devem participar do debate o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Roberto Martins; o ex-governador do Distrito Federal Cristovam Buarque; a reitora da Universidade do Estado da Bahia, Ivete Sacramento; a professora do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais



Para Sarney, autor do projeto, "sem acesso à educação, negros estão condenados à segregação"

(UFMG) Neuma Aguiar; a secretária-executiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Dulce Maria Pereira; o ator Milton Gonçalves; o presidente da Fundação Cultural Palmares, Carlos Alves Moura; e Mãe Sylvia de Oxalá, do Instituto Axé Ilê Obá. A discussão pública foi requeri-

da pelos senadores Francelino Pereira (PFL-MG) e Jefferson Péres (PDT-AM), com o apoio dos senadores Sebastião Rocha e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Na justificativa do projeto, Sarney mostra a necessidade de "quebrar a inércia existente" que impede os negros de competirem em condições de igualdade com os brancos no acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho. "Sem acesso à educação, os negros estão condenados à segregação", atesta.

Sebastião Rocha, no parecer, assinala que o projeto tem o mérito de expressar uma preocupação que deve ser de toda a sociedade brasileira. Na sua opinião, a desigualdade social é "o maior de todos os empecilhos" para que se construa uma sociedade democrática. "A desigualdade racial é, sem qualquer dúvida, uma face agressiva da desigualdade social entre nós", afirma.

CAS discute novas regras sobre repasse de recursos para saúde

Novas regras para o repasse de recursos federais destinados ao financiamento de ações de saúde em estados e municípios deverão ser submetidas hoje a votação, a partir das 9h, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Embora o projeto, do senador Paulo Souto (PFL-BA), tenha recebido do relator, Lúcio Alcântara (PSDB-CE), parecer pelo arquivamento, voto em separado do senador Tião Viana (PT-AC) defende a aprovação da matéria.

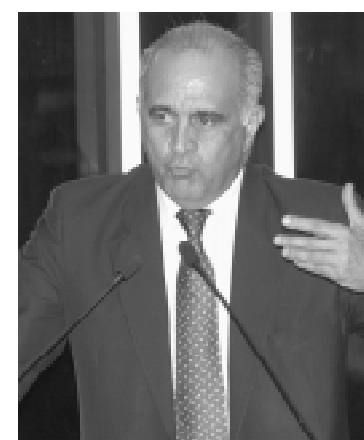
O senador Lúcio Alcântara considerou o projeto "prejudicado" por artigo da Constituição segundo o qual a fixação de critérios de rateio dos recursos da União para ações de saúde será feita por lei complementar. Entendimento contrário teve Tião Viana, que julgou "oportuna" a aprovação de regras que "pretendem contribuir para corrigir as disparidades regionais na distribuição das verbas".

Ainda na área de saúde, será apreciado, em turno suplementar, substitutivo do projeto do ex-

senador Ernandes Amorim que regula a venda de medicamentos a granel, na quantidade indicada na receita médica. O substitutivo de Tião Viana acolheu emenda da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) exigindo que a farmácia obtenha autorização especial de funcionamento junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para manipular remédios a granel.

A CAS também deve pronunciar-se sobre substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto do ex-senador Itamar Franco que dispõe sobre a seleção de locais, licenciamento e construção de depósitos de rejeitos radioativos, além de sua operação, fiscalização, responsabilidade civil e garantias. Tanto o projeto como o substitutivo contam com parecer contrário do relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS), mas voto em separado do senador Romero Jucá (PSDB-RR) conclui pela aprovação da proposta.

Também figura entre os oito itens da pauta da comissão pro-



Paulo Souto é autor do projeto, que trata do financiamento da saúde nos estados e municípios

jeito da senadora Marina Silva (PT-AC) que revoga dois artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para extinguir a contribuição sindical, além de projeto do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que regulamenta a profissão de treinador de goleiros de futebol. Ambos receberam pareceres favoráveis dos relatores, senadores Waldeck Ornélas (PFL-BA) e Geraldo Cândido (PT-RJ), respectivamente.



Os 500 anos da descoberta do Rio São Francisco foram lembrados ontem pelo Plenário. Os senadores enfatizaram a necessidade de revitalização do “Velho Chico”, que movimentava os geradores de nove hidrelétricas e fornece água para irrigação, mas está ameaçado pelo assoreamento e pela poluição.

Senado homenageia o Rio São Francisco

Por requerimento da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), o Senado homenageou ontem os 500 anos da descoberta do Rio São Francisco. No dia 4 de outubro de 1501, o navegador Américo Vespúcio foi o primeiro europeu a ver o rio. Estavam presentes à solenidade parlamentares e autoridades governamentais, inclusive dirigentes da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

Em seu discurso, Maria do Carmo disse que há urgência na revitalização definitiva do São Francisco, “um rio ameaçado de extinção”. Ela propôs que o Senado aprove emenda constitucional criando um fundo para receber, pelo período de 20 anos, 2% da arrecadação tributária federal. Os recursos seriam utilizados na execução de um plano global para equacionar os recursos hídricos do semi-árido nordestino, que abrange dez estados da Federação.

Maria do Carmo explicou que a proposta não inclui a consti-



Para Maria do Carmo, que propôs a homenagem, o São Francisco é “um rio ameaçado de extinção”

tuição de um órgão gestor, criação de equipe e gastos indiretos. Ela ressaltou que já existe um órgão especializado, a Codevasf, com especialistas que elaboraram projeto para equacionamento dos recursos hídricos do Nordeste, a partir do Rio São Francisco.

— Falta apenas a decisão política, que pode e deve ser dada pelo Senado — disse.

Segundo Maria do Carmo, o projeto precisará atacar fontes de poluição, como os resíduos sólidos provenientes do garimpo e o esgoto *in natura* lançado pelas cidades às margens do

rio; criar condições para recuperar as matas ciliares e combater o assoreamento; deter o avanço do mar pela foz do rio que já atinge mais de 40 quilômetros; e reforçar a vazão do rio usando afluentes do Paraná e Tocantins.

FIM DA MISÉRIA

A senadora afirmou que “projeto dessa magnitude transformaria a vida de milhões de nordestinos”, erradicando a miséria da região, a um custo equivalente a apenas uma fração do programa de recuperação dos bancos privados (Proer).

— Onde hoje há seca e desesperança, seria implantado um pomar de produção de alimentos, com a geração de empregos e qualidade de vida digna para todos — afirmou.

Maria do Carmo lembrou que “é nos momentos de crise que surgem os verdadeiros líderes de uma nação, se agigantando com soluções criativas para mudar o curso dos acontecimentos”.

Para a senadora, “essa é uma data histórica e a nação cobra uma solução de grandeza”.

Ornélas propõe amplo debate e plano de recursos hídricos

Um amplo debate que aponte caminhos para a revitalização e estratégias de desenvolvimento para a região da Bacia do São Francisco foi proposto pelo senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) na sessão comemorativa dos 500 anos do descobrimento do rio. Para o senador, é fundamental a implantação do Comitê da Bacia do São Francisco para definir o futuro do rio por meio de plano de recursos hídricos.

— Existem várias siglas federais que usam as águas do rio. A essas se agregam as siglas estaduais. Não existe um único órgão ou unidade para proteger o rio — alertou.

Uma das causas dos problemas do São Francisco, afirmou, é a priorização do uso de seus recursos para a geração de energia, em detrimento da navegação e irrigação. “O sistema elétrico, hoje interligado, permite

a transferência de energia das regiões Norte e Centro-Oeste para o Nordeste. Precisamos da água do ‘Velho Chico’ para gerar emprego e renda para os barraqueiros.”

Qua l q u e r ação na Bacia do São Francisco, avalia, deve objetivar o aumento do volume do rio. Para isso, ele aponta a necessidade de desassorear o rio, perenizar os afluentes e construir novas represas em Minas Gerais, estado que responde por 70% das águas do São Francisco.

Em aparte, o senador Paulo Souto (PFL-BA) defendeu o financiamento de projetos de irrigação na região do São Francisco como forma de revitalizar o rio e desenvolver o semi-árido.



Ornélas: não existe um único órgão para proteger o rio

Francelino: prioridade do governo é recuperação, não transposição

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) informou que o governo federal, após decisão de primeiro recuperar o São Francisco e só depois estudar a transposição de suas águas para quatro estados nordestinos, pretende gastar R\$ 1,2 bilhão nos próximos dez anos em projetos de tratamento de esgotos lançados no rio e de reflorestamento de nascentes e conservação de margens. Neste ano, R\$ 70 milhões antes destinados aos estudos da transposição estão sendo redirecionados para revitalizar o rio.

Para o senador, a situação é tão grave, com assoreamento do leito, que já vêm sendo pescados peixes de mar a 40 quilômetros de distância da foz. Nesse trecho, foi destruída uma ilha de pescadores e a salinização das águas aumenta a cada ano.

— Se esse processo persistir, a captação de água no São Francis-

co para abastecer as populações dos estados de Sergipe e Alagoas ficará comprometida, assim como inviáveis se tornam vários projetos de irrigação nos dois estados.

O senador apoiou a decisão do presidente da República de assinar o decreto que criou o Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, composto por representantes de vários estados. O comitê acompanhará os projetos de despoluição e recuperação do rio. Francelino informou que foi lançado em Pirapora (MG) movimento para convencer a Unesco a declarar o rio Paisagem Cultural da Humanidade.



Francelino disse que irrigação está se tornando inviável

Águas do “Velho Chico” movimentam nove hidrelétricas

O Rio São Francisco, que corta o país de sul a norte numa extensão de quase 3 mil quilômetros, movimentava os geradores de nove hidrelétricas e fornece água a 25 projetos de irrigação implantados pelo governo. Há ainda milhares de irrigações particulares ao longo de seu curso. De São Roque de Minas, onde nasce, até a foz, na divisa de Alagoas com Sergipe, o rio banha 504 municípios, boa parte em plena caatinga. Exatamente 95% desses municípios lançam no rio esgotos sem qualquer tratamento.

Conhecido por “Rio da Unidade Nacional” e por “Velho Chico”, o São Francisco despeja hoje no Atlântico bem menos água do que há alguns anos — são 1.100 metros cúbicos por segundo neste ano, contra 2.300 metros no ano passado. Até a década de 60, 1.570 quilômetros eram navegáveis. Devido aos bancos de areia, a parte navegável foi bastante reduzida. O rio já não pode mais receber embarcações de grande calado e em algumas regiões já é possível atravessar o rio a pé.

As hidrelétricas do rio são Três Marias, Moxotó,

Sobradinho, Itaparica, complexo de Paulo Afonso (quatro usinas) e Xingó. Cerca de 95% da energia consumida no Nordeste pode sair dessas hidrelétricas, mas a atual seca baixou a quantidade de água das represas para apenas 10% da capacidade. As águas do São Francisco banham cinco estados (MG, BA, PE, SE, AL).

Nos municípios banhados pelo rio vivem cerca de 15,5 milhões de pessoas, 350 mil delas trabalhando em 25 grandes projetos de irrigação, onde são plantados 122 mil hectares, especialmente frutas para exportação e abastecimento do centro-sul na entressafra. Outros 20 mil hectares devem ser irrigados em breve, e mais 660 mil são objeto de estudo com essa finalidade. Com a irrigação no Vale do São Francisco, o Brasil tornou-se o segundo maior produtor de frutas do mundo. Conforme a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), 25 mil pessoas vivem da pesca ao longo do rio, mas a quantidade e qualidade dos peixes vêm se reduzindo rapidamente.

Carlos Patrocínio lembrou a história do São Francisco e a população que vive em suas margens. Ney Suassuna defendeu a transposição das águas, assim como Ronaldo Cunha Lima, que preferiu, entretanto, fazê-lo em versos. Já Renan Calheiros apontou soluções para a revitalização do rio.



Segundo Ronaldo Cunha Lima, o São Francisco "conduz a cultura e a esperança de um povo"

Ronaldo Cunha Lima faz um apelo em versos

Na homenagem prestada aos 500 anos da descoberta do Rio São Francisco, ontem, o senador Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB) defendeu a transposição de suas águas recitando versos de sua autoria com um apelo ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. No poema *Canto das Águas*, o senador pede: "Nos conceda bem mais do que o chuveiro/das águas de um poço artesiano/transportando para o solo paraibano/as vazantes do Rio São Francisco".

Ronaldo Cunha Lima disse que a preocupação de resgatar a vida plena do rio, revitalizando o seu curso e recuperando o leito e as margens, é procedente, acrescentando que as preocupações e esperanças integram o Nordeste, com o incentivo de Minas Gerais.

O senador lembrou que já se passaram alguns séculos do conhecimento pelo colonizador do rio da integração nacional e que, desde então, o São Francisco "conduz a cultura e a esperança de um povo, símbolo moderno da tolerância e do sincretismo racial". O senador citou escritores e poetas que se inspiraram no "Velho Chico", como Guimarães Rosa, Castro Alves e Luiz Gonzaga, e repetiu as palavras de Demócrito Rocha, para quem "o São Francisco é uma artéria que sai do coração do Brasil para nutrir partes sedentas de seu corpo".

— É isso o que cobramos, como solidariedade fraternal: uma transposição de águas para garantir a sobrevivência do povo nordestino — disse o senador.

Patrocínio destaca símbolo da unidade territorial

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) ressaltou a história do Rio São Francisco e a gente que vive às suas margens, especialmente o papel que o rio desempenhou como símbolo da unidade territorial.

— Quando da Independência, momento-chave para a estruturação do projeto nacional que daria sentido ao Estado recém-instaurado, foi ao velho rio que se recorreu para, a partir dele, construir-se a imagem que convinha ao país — a da integração, essencial para a manutenção da integridade territorial de um país-continente, sobretudo em face da experiência

desintegradora da América espanhola — explicou.

Patrocínio lembrou que a identificação do São Francisco como o "rio da unidade nacional" foi o maior emblema do esforço empreendido para a manutenção do espaço territorial conquistado no período colonial.

Cinco séculos atestam a força do São Francisco na história do Bra-



Carlos Patrocínio falou da história do Rio São Francisco e da gente que vive às suas margens

sil, afirmou o senador. No período de colonização, lembrou, o rio norteou a expansão territorial, conduzindo desbravadores; no Império, simbolizou o grande objetivo nacional de, conquistada a independência, garantir a unidade territorial do

país; no século 20, viu serem exaustivamente utilizadas suas potências

para a irrigação e para a produção de energia elétrica.

O senador também alertou para os riscos que o São Francisco está correndo, que vão da degradação ambiental, a partir da destruição das matas ciliares, ao uso irracional de suas águas. Segundo ele, a "agonia do São Francisco" tem determinado a redução do volume de água e trazido prejuízos à pesca, sustento de muitos brasileiros.

— Por tudo isso, mais do que homenageado, o Rio São Francisco necessita ser salvo. Está em nossas mãos, nas mãos de todos nós, o desafio de agir no sentido de preservá-lo — concluiu.

Ney Suassuna defende transposição das águas

Na homenagem ao São Francisco, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu o projeto de transposição das águas para estados situados ao norte do rio. Ele afirmou que o volume de água a ser retirado é muito reduzido e que o custo da transposição é irrisório diante das perspectivas que se abrem.

O parlamentar lembrou, no entanto, que a transposição não deverá ocorrer no atual governo, conforme o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho. Suassuna informou que será criado um programa de revitalização da bacia do São Francisco que receberá recursos superiores a R\$ 1 bilhão nos próximos dez anos. Para ele, "esses recursos já vêm tardiamente", uma vez que o rio encontra-se assoreado em função dos desmatamentos e poluído pelos produtos químicos e esgotos despejados nele e em seus afluentes. Mesmo assim, disse, "o programa de revitalização do Velho Chico abre novas perspectivas para grande parte da população".

— Muito mais importante do que opor-se ao projeto de transposição ou ignorá-lo é tomar a iniciativa de revitalizar a bacia hi-



Ney Suassuna: custo da transposição é irrisório diante das perspectivas que se abrem

drográfica — afirmou.

O parlamentar informou ter sido indicado pelo líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros, para integrar a Comissão de Revitalização instituída pelo governo federal. Disse que, na comissão, estará "lutando com unhas e dentes para que recursos cheguem e a revitalização da bacia ocorra".

— Precisamos do Velho Chico bom, forte e unido o país — disse.

Suassuna lembrou que o Vale do São Francisco tem se destacado em culturas não tradicionais na região. Citou também indicadores de desenvolvimento humano que progrediram muito nos últimos 40 anos, como a mortalidade infantil, que caiu de 160 para 80 mortes a cada mil bebês nascidos vivos.

— Não se compreende por que esses benefícios devem se restringir ao Vale do São Francisco se, por meio da transposição das águas, boa parte da população do semi-árido poderia ser beneficiada — afirmou, lembrando que a água do rio pode irrigar 233 mil hectares no Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba, gerando um milhão de empregos.

Calheiros se manifesta contra a privatização da Chesf

Durante a comemoração dos 500 anos da passagem de Américo Vesúcio pelo Rio São Francisco, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) afirmou que um ponto importante para estimular o desenvolvimento da região foi a aprovação pelo Senado de projeto de sua autoria e da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) criando a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento e instituindo o Programa Especial de Desenvolvimento da Foz do São Francisco. Na opinião de Calheiros, o programa, por estimular a fruticultura irrigada e a piscicultura, será importante para permitir o crescimento econômico da região.

Calheiros se posicionou contrário a privatização da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf). Para ele, o modelo de privatização de hidrelétricas adotado pelo governo foi equivocado. Ele entende que "a Chesf é estratégica e sua permanência sob o controle público é indispensável".

O senador lamentou a situação em que se encontra o São Francisco hoje e apontou os principais

problemas que vêm gerando a deterioração do rio, como o desmatamento das matas ciliares, erosão, assoreamento, queda de vazão, poluição, baixa piscosidade, surgimento de bancos de areia, redução de profundidade e a salinização progressiva da foz (entre Alagoas e Sergipe).

Renan Calheiros lembrou a importância estratégica do domínio da água, cuja posse causa beligerância em várias regiões do mundo, como entre Egito e Etiópia; Jordânia e Síria; Israel e palestinos. Comentou que o Brasil tem 12% dos recursos hídricos do globo, com o maior potencial concentrado na Amazônia, e precisa cuidar dessa riqueza natural.

Entre as soluções para revitalizar o São Francisco, Calheiros sugeriu o reforço da vazão, com a interligação das águas do Tocantins; reflorestamento das matas ciliares; desassoreamento; combate às causas da erosão; remoção das ilhas de areia; recuperação da navegabilidade; recuperação de lagoas, e também a construção da hidrelétrica de Pão de Açúcar, para regularizar a vazão até a foz e conter o processo de salinização.



Calheiros é um dos autores de projeto que estimula o desenvolvimento da região



A falta de planejamento foi apontada por José Coelho durante a homenagem ao São Francisco. Arlindo Porto pediu um mutirão para salvar o rio, Antonio Carlos Valadares defendeu sua proposta de criação de um fundo, e Carlos Wilson mostrou que no “Velho Chico” estão inseridas as contradições do Brasil.



Porto alerta que revitalização não é só obra da União e dos estados, precisa de parcerias

Para Arlindo Porto, é necessário um mutirão nacional

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) conclamou os brasileiros a formarem um mutirão para salvar o São Francisco, afirmando que o rio “está doente e depende da união de todos”.

Arlindo Porto apontou os sintomas da degradação do rio, que já teve 1.520 quilômetros navegáveis, afirmando que hoje o assoreamento já quase não permite a navegação. As matas densas das margens, lembrou, foram consumidas pelos vapores na navegação, depois pelo beneficiamento da soja e como carvão para as siderúrgicas.

Atualmente, disse ele, o desmatamento já reduziu perigosamente a vazão do rio, comprometendo até os reservatórios das hidrelétricas. Além disso, mercúrio dos garimpos, dejetos humanos, desvio sem controle para irrigação, agrotóxicos — tudo conspira contra a saúde do rio.

Porto negou que o governo federal esteja relegando o rio ao esquecimento. Em 2003, a Unesco (órgão das Nações Unidas para a Cultura) votará pedido do Brasil para transformar o São Francisco em Patrimônio da Humanidade. Em termos mais concretos, o governo federal destinará R\$ 1 bilhão, em dez anos, para a revitalização do rio, dos quais R\$ 100 milhões já no corrente ano, disse o senador. Ele observou, no entanto, que todos precisam ajudar.

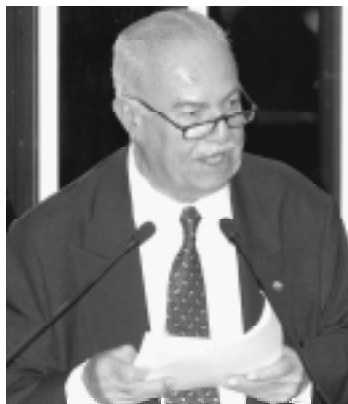
— Não se trata, apenas, de obra da União e de estados; o projeto precisa de parcerias, porque a natureza é lenta para se recuperar, enquanto o homem destrói muito rapidamente — concluiu.

José Coelho defende planejamento para revitalizar e proteger o rio

O senador José Coelho (PFL-PE) defendeu o planejamento dos recursos hídricos ao discursar ontem na homenagem prestada ao Rio São Francisco. Ele frisou que, em contraposição com o que se verificou em nações previdentes, nunca houve no Brasil uma preocupação quanto a esse aspecto.

José Coelho alertou que, com a criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), priorizando o uso hidroelétrico das águas do rio, a falta de planejamento tornou-se mais crítica. Segundo ele, a Chesf nunca elaborou estudo pertinente à proteção do manancial, o mesmo ocorrendo com outras estatais que se utilizaram das águas do rio.

Para o senador, é necessário apresentar uma visão que tenha o objetivo de salvar o “Velho Chico”, dada sua importância geográfica



Conforme José Coelho, o objetivo principal deve ser salvar o “Velho Chico”

fica e econômica, caracterizada pelo grande número de municípios banhados por suas águas e os vários estados abrangidos. Ao lembrar que a água é um recurso natural finito, José Coelho observou que, embora 70% da área do planeta sejam cobertos por água,

somente 3% da água é doce. A escassez desse recurso, no futuro, disse ele, poderá levar a conflitos entre nações.

José Coelho lembrou também que a navegação no Rio São Francisco sempre teve grande importância para a economia da região e lamentou que desde o governo Fernando Collor, ao ser colocada no rol das empresas privatizáveis, a Companhia de Navegação do São Francisco, criada em 1964 para operar o transporte hidroviário, não tenha se modernizado.

— Há condições de implementar uma moderna navegação no Rio São Francisco, nos moldes da desenvolvida no Tietê/Paraná, com condições de transportar até 6 mil toneladas/viagem, consoante estudos já elaborados pela iniciativa privada, navegando 24 horas diárias — afirmou.

Valadares propõe instituição de fundo

Último a falar na homenagem aos 500 anos da descoberta do Rio São Francisco, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu a aprovação do Fundo de Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do São Francisco, previsto em proposta de emenda à Constituição (PEC) por ele apresentada. A PEC, informou, tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde tem como relatora a senadora Maria do Carmo (PFL-SE).

A PEC, informou seu autor, estabelece que, por 20 anos, o fundo custearia programas e projetos governamentais de recuperação do rio e de seus afluentes, como ações de saneamento básico e recuperação de matas ciliares. O fundo seria formado por 0,5% da arrecadação de impostos pela União, descontadas as vinculações constitucionais.

Valadares, que presidiu a sessão durante quase toda a homenagem, condenou a transposição das águas do São Francisco sem que se proceda previamente à revitalização. O rio está morrendo devido ao uso indiscriminado do solo, o desmatamento das margens, a intensificação das atividades agrícolas e as dragagens



Antonio Carlos Valadares condenou a transposição das águas do São Francisco sem revitalização prévia

para mineração, que têm causado um grande assoreamento, advertiu.

— Em alguns pontos, o rio chega a perder até um metro e meio de altura, o que compromete a navegação e diminui a água para irrigação — afirmou.

O parlamentar também criticou a transposição pela perda que acarretaria na produção de energia. Citando dados da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, ele alertou que a retirada de 260 metros cúbicos por segundo (m³/s) de água do rio para a transposição, como previsto em sua etapa final, impedi-

ria a geração de 6,4 milhões de megawatts/hora (MW/h) anuais, o que equivale a toda a produção da usina de Sobradinho. As avaliações, ressaltou, foram feitas antes da atual crise de energia.

Para Valadares, o razoável seria a transposição de águas do Rio Tocantins para o São Francisco. Com R\$ 120 milhões, disse, seria possível transferir para o São Francisco 2.600 m³/s.

Em aparte, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmou que o Rio São Francisco é, hoje, “quase sinônimo de degradação ambiental e miséria social”. Já a senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse que “do mesmo modo como o rio é visto como abraço aconchegante de Deus, é também o dedo em riste de Deus mostrando a decadência da elite política e econômica nordestina”.

Tanto os apartes quanto Valadares parabenizaram a senadora Maria do Carmo pela proposta de homenagear o rio. Na presidência da sessão, o senador Ramez Tebet associou-se às homenagens, lembrando que, enquanto esteve à frente do Ministério da Integração Nacional, lutou pelo projeto de revitalização do São Francisco.



Carlos Wilson observa que é chegado o momento de retribuir ao “Velho Chico” sua participação na história

São Francisco resume o Brasil, diz Carlos Wilson

Nos 2,7 mil quilômetros do Rio São Francisco estão inseridas as contradições do Brasil, afirmou ontem o senador Carlos Wilson (PTB-PE).

Durante a sessão que comemorou os 500 anos da expedição em que Américo Vespúcio navegou pela primeira vez o rio, Carlos Wilson afirmou ter sido pelo São Francisco que muitos escravos fugiram de fazendeiros de Alagoas para se refugiar em quilombos no sertão. Também pelo Velho Chico os bandeirantes descobriram os cerrados e as minas de pedras preciosas. Às suas margens, acrescentou o senador, Antônio Conselheiro enxergou o germe que deu origem a Canudos, e era em suas águas que os “cabras” de Lampião saciavam a sede. O rio, que os índios chamavam de Opara, deve agora ser cuidado pelos brasileiros, opinou Carlos Wilson, para quem é hora de repensar o Velho Chico e, na essência, repensar o Brasil.

— Quinhentos anos depois, é chegado o momento de retribuir ao Velho Chico a sua participação na história. É hora de reavaliar suas forças. É hora de preservar sua pujança. Sabemos hoje, em plena crise, que o São Francisco dá sinais de cansaço. Não consegue responder ao que dele se exige — salientou.

Flamengo teve conta no exterior, diz ex-dirigente

A revelação, do ex-presidente do clube Antonio Augusto Dunshee de Abranches, foi feita ontem na CPI do Futebol. Segundo o relator da comissão, Geraldo Althoff, “a conta foi aberta ao arrepio da legislação brasileira”

Em depoimento à comissão parlamentar de inquérito que está investigando o futebol brasileiro, o ex-presidente do Flamengo Antonio Augusto Dunshee de Abranches negou que o clube tenha mantido, em qualquer momento de sua história, conta em paraíso fiscal. Mas revelou que, em seu mandato — de 1981 a 1983 —, foi aberta uma conta na agência de Nova York no Banco Bilbao Vizcaya.

Os senadores não acreditaram na negativa de Dunshee de Abranches, que contradiz auditoria elaborada pela Deloitte & Touche. Segundo a empresa, o clube teria conta nas Ilhas Cayman. Para o ex-dirigente, houve erro na auditoria. Ele também não confirmou o saldo da conta detectado pela Deloitte: R\$ 908 mil. “Está errado, o valor correto é de 904 ou 908 dólares”.

— Não temos detector de mentiras. Também não é propósito desta CPI distinguir, para efeitos penais, a verdade da mentira. Mas, de acordo com nossa convicção pessoal, ouviu-se aqui o depoente faltar com a verdade em vários momentos, inclusive com palavras contrapondo-se a documentos



oficiais — disse o presidente da CPI do Futebol, senador Álvaro Dias (PDT-PR).

No início do depoimento, Dunshee de Abranches não confirmou quem foi o responsável pela abertura de conta do Flamengo em Nova York. Evasivo, ele chegou a dizer que, passados 18 anos, não lembrava. Diante da insistência do relator da CPI, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), o ex-presidente do Flamengo terminou admitindo ter aberto a conta, em meados de 1982, com a fi-

nalidade de receber o dinheiro das cotas dos amistosos feitos pelo clube fora do Brasil.

Dunshee de Abranches disse que a abertura da conta em Nova York não constituiu irregularidade, uma vez que o Flamengo, até 1997, estava isento de declarar Imposto de Renda ou qualquer rendimento. Os senadores da CPI têm interpretação diferente.

— A conta foi aberta ao arrepio da legislação brasileira, sem que fossem tomadas as tramitações legais para sua abertura — afirmou Althoff.



Os senadores Geraldo Althoff e Álvaro Dias ouvem o ex-presidente do Flamengo Dunshee de Abranches (D)

Álvaro Dias critica decreto sobre ligas profissionais

O presidente da CPI do Futebol, senador Álvaro Dias, classificou de “precipitada” a decisão do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, de assinar decreto que permite a formação de ligas profissionais, regionais e nacionais, em todas as modalidades esportivas. Para o senador, o governo deveria esperar o relatório

final da comissão parlamentar de inquérito, previsto para ser apresentado em 6 de novembro, para regulamentar o artigo 20 da Lei Pelé, que trata das ligas profissionais.

Apesar de discordar de vários dispositivos do decreto, Álvaro Dias observou que a criação de associações independentes já é consequência dos trabalhos da CPI ao longo dos últimos 12 meses. No caso do futebol, as ligas vão desempenhar as mesmas funções da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e das federações estaduais.

Amanhã, a CPI do Futebol vai ouvir o presidente do Conselho Fiscal do Clube de Regatas Vasco da Gama, Geraldo Teixeira da Silva. A reunião está marcada para as 10h. No dia 10, será a vez do presidente do Flamengo, Edmundo Santos Silva, e no dia 16, do presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira.

Presidente e relator da CPI rechaçam declarações

O presidente e o relator da CPI do Futebol, senadores Álvaro Dias (PDT-PR) e Geraldo Althoff (PFL-SC), respectivamente, rechaçaram várias declarações do ex-presidente do Flamengo Antonio Augusto Dunshee de Abranches feitas à comissão e em entrevistas à imprensa. Uma das afirmações dava conta de que as investigações da CPI estavam sendo dirigidas contra o Rio de Janeiro.

— Parece que ele não tem grande afeição à verdade. A CPI não está investigando apenas entidades do Rio, mas de outros estados. Essa é uma ofensa à CPI, que repudiamos mais uma vez — disse Álvaro Dias. Althoff lembrou que estão sendo investigadas as federações do Rio, Minas Gerais e São Paulo; a Confederação Brasileira de Futebol; o Santos, Palmeiras, Internacional e Grêmio; os conselhos fiscais de vários clubes; o técnico Wanderley Luxemburgo; e empresários do futebol.

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) solicitou que Dunshee de

Abranches confirmasse declaração publicada no *Jornal do Brasil*, segundo a qual é abuso a CPI apurar denúncias contra entidades privadas e que “os senadores querem palco para aparecer: eles nem sabem que a bola é redonda”. Abranches negou a segunda parte da declaração, mas confirmou que considera a CPI fórum inadequado para investigar os clubes de futebol.

Dunshee de Abranches reclamou da forma como Althoff o questionou na reunião da CPI. “Vim aqui prestar depoimento sobre fatos e não levar ‘carão’; acho uma covardia o que estão fazendo comigo”, comentou. Em resposta, Álvaro Dias criticou o comentário do depoente. “O relator tem sido de uma educação exemplar ao questionar todos os depoentes, e em momento nenhum teve a pretensão de dar ‘carão’ em quem quer que fosse.”

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) também considerou que

o depoente tentou desqualificar o trabalho da CPI. “Dunshee de Abranches me pareceu um pouco irritado, resistente a responder determinadas perguntas”, afirmou. Logo no início da reunião, o ex-presidente do Flamengo negou-se a responder a vários questionamentos feitos pelo relator por considerar que não eram pertinentes ao motivo de sua convocação.

ATRASO

O depoimento de Dunshee de Abranches, que estava marcado para as 10h de ontem, só foi iniciado às 14h. O ex-presidente do Flamengo chegou ao gabinete do senador Álvaro Dias duas horas após o horário marcado, alegando ter havido atraso no voo que o conduziu do Rio de Janeiro a Brasília. Ao final da reunião, o presidente da CPI disse aos repórteres que foi informado pela Infraero de que apenas um voo vindo do Rio não teria chegado no horário. E que o atraso foi de apenas 35 minutos.

Reitores pedem ajuda a Tebet para pôr fim a greve

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem em audiência comissão de reitores que solicitaram ajuda na mediação de acordo para a greve das universidades públicas, intercedendo junto ao presidente da República.

A comissão, liderada por Carlos Roberto Antunes dos Santos, presidente da Associação Nacio-

nal dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), estava acompanhada pelos senadores Arthur da Távola (PSDB-RJ), Eduardo Suplicy (PT-SP), Emilia Fernandes (PT-RS), Heloísa Helena (PT-AL), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Maguito Vilela (PMDB-GO), Mauro Miranda (PMDB-GO) e Ricardo Santos (PSDB-ES).



Ramez Tebet, presidente do Senado, recebeu dos reitores solicitação para que interceda junto a Fernando Henrique Cardoso

Maldaner pede providências para enfrentar calamidades

Senador apela por esforço conjunto na luta contra as enchentes e desabamentos que atingem as regiões Sul e Sudeste

Ao chamar a atenção dos parlamentares para três projetos de sua autoria que visam amenizar os problemas causados por catástrofes naturais, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) pediu o esforço de todos na busca de soluções urgentes para combater as enchentes e desabamentos que atingem, no momento, as regiões Sul e Sudeste. O senador solicitou ainda ao governo a adoção de medidas preventivas para as catástrofes naturais que atingem o país, ressaltando o caráter cíclico e, portanto, previsível de tragédias como inundações.

Um dos projetos mencionados pelo senador, rejeitado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), permitia que pessoas jurídicas ou físicas fizessem doações a fundos de defesa civil, sendo beneficiados com abatimentos correspondentes em seu Imposto de Renda.

O outro projeto listado por Maldaner instituiu a contribuição em operações de seguros privados, com alíquota de 0,5%, tendo por



Maldaner chama atenção para projetos de sua autoria que visam amenizar consequências de catástrofes

base de cálculo o valor total do bem segurado, alterando, dessa maneira, a legislação sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap). Esse projeto, lembrou Maldaner, recebeu parecer contrário na CAE.

O senador destacou o terceiro projeto, que no momento aguarda entrada na ordem do dia, que permitiria ao trabalhador movimentar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em casos de danos materiais graves ocasionados em sua moradia por catástrofes naturais.

Maldaner disse que o impor-

tante não é a aprovação de suas matérias, mas sim as propostas apresentadas pelos parlamentares a fim de aperfeiçoá-las. Na avaliação do senador, é preciso ter vontade política para solucionar os problemas das enchentes e tragédias da natureza, implementando uma ação conjunta dos governos municipais, estaduais e federal.

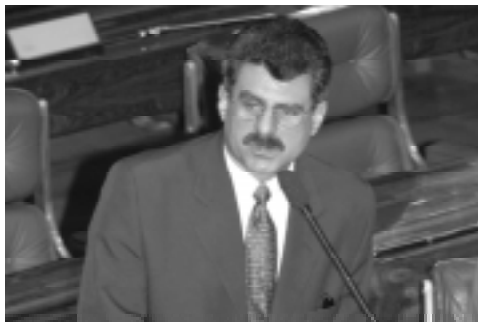
O senador anunciou que apresentará os projetos oportunamente, na "expectativa de amenizar as tragédias tão anunciadas do ano de 2002, visto que as de 2001 são inevitáveis".

Jucá afirma que o trabalho do Inmetro ajuda a aumentar exportações brasileiras

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou a atuação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) e a excelência do relatório de atividades que o órgão acaba de divulgar. Segundo ele, o Inmetro tem-se empenhado na tentativa de fazer da marca Brasil um sinônimo de satisfação para os consumidores dentro e fora do país.

Jucá defendeu a idéia de que o país precisa produzir melhor, mais barato e com elevado padrão de qualidade se quiser "decolar para as fileiras do Primeiro Mundo". Nesse sentido, acrescentou, o Inmetro é um dos órgãos responsáveis pela concretização da política de aumento da exportação brasileira dentro da política de desenvolvimento industrial.

— O Inmetro é hoje o maior e mais complexo instituto de metrologia e qualidade da América



Jucá: "O Inmetro é o maior e mais complexo instituto de metrologia e qualidade da América Latina"

Latina e situa-se entre os mais respeitados do mundo — afirmou Jucá.

O senador lembrou que o instituto é reconhecido internacionalmente como organismo credenciador, conforme acordo firmado com o International Laboratory Accreditation Cooperation (Ilac). Esse fato dá à rede de laboratórios por ele credenciados o reconhecimento internacional dos testes que executam. Assim, quando exportados, os produtos ou processos testados na rede não precisarão

passar por novos testes nos países de destino.

Romero Jucá lembrou ainda que países como El Salvador, Nicarágua e Paraguai têm solicitado ao Inmetro apoio para o desenvolvimento de seus próprios sistemas de metrologia. Além disso, completou, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) aprovou um projeto de organização de sistemas de acreditação de laboratórios no Paraguai, Venezuela, Costa Rica, Panamá e Trinidad & Tobago, todos com suporte do Inmetro.

Eduardo quer garantir verbas para gestão de recursos hídricos

Ao registrar sua satisfação com os avanços ocorridos no Brasil nos últimos anos no que diz respeito à gestão de recursos hídricos, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) elogiou a atuação da Agência Nacional de Águas (ANA) e chamou a atenção dos parlamentares para a neces-



Para Eduardo Siqueira Campos, Brasil começa a valorizar recursos naturais

sidade de que o Orçamento da União garanta verbas para políticas de saneamento e de gestão hídrica.

Eduardo ressaltou que, entre outras ações, a ANA vem dando especial atenção à instalação e ao funcionamento dos Comitês de Gestão das Bacias Hidrográficas, que definem os valores a serem pagos pelo uso das águas por indústrias e empresas de irrigação, e "não apenas pelos consumidores pessoas físicas".

Os recursos advindos dessa cobrança, disse o senador, serão canalizados para obras de sanea-

mento, de preservação dos cursos de água e de bacias a fim de melhorar as condições de oferta de água à população.

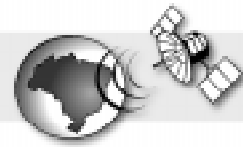
O senador to-cantinense afirmou que o problema da falta de saneamento no Brasil representa "verdadeira ameaça à saúde pública", observando

que apenas 38% da população possui redes de coleta de esgoto e, desse total, apenas 12% dos efluentes são tratados.

Eduardo lamentou a deterioração sofrida pelos recursos hídricos no país ao longo da história, mas afirmou que a criação da ANA, no ano passado, foi um passo decisivo para a implementação de políticas específicas em favor da preservação e do uso sustentável da água.

Na opinião do senador, o Brasil está "caminhando no rumo certo de valorização e uso racional de recursos de tal importância".

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — Saúde/Unip — Pressão alta — Parte 2
6h30 — Cidadania — Os professores Andrew Hurrell (Universidade de Oxford) e Amado Luiz Cerro (UnB) falam sobre a crise internacional
7h30 — Entrevista — O professor Venício de Lima fala sobre a nova Lei da Radiodifusão
8h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado
8h30 — Saúde/Unip — Pressão alta — Parte 2
9h — Comissão de Assuntos Sociais — Cinco itens em pauta (ao vivo)
10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — Audiência pública para discutir quotas para negros. Convidados: Roberto Borges Martins (Ipea), Carlos Alves Moura (Fundação Cultural Palmares), Neuma Aguiar (Deptº Sociologia UFMG), Cristovam Buarque (pres. Missão Criança), Milton Gonçalves (ator), Dulce Maria Pereira (sec.-executiva Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), Paulo Renato Souza (min. Educação), Ivete Sacramento (reitora Universidade do Estado da Bahia), Mãe Sylvania de Oxalá (Instituto Axé Ilê Obá, São Paulo) (ao vivo)
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Comissão de Educação — Audiência pública sobre MP que estabelece política nacional de cinema. Convidados: Evandro Guimarães (vice-presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo); Marcos Bitteli (Legislação e Exibição); Luiz Carlos Barreto (produtor de cinema); Gustavo Dahl (cineasta); Steve Solot (vice-

presidente da Motion Pictures Association — MPA — para a América Latina) (gravado)
21h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Comissão de Assuntos Econômicos — Audiência pública com a presença de Celso Cipriani (pres. da Transbrasil), Constatino de Oliveira (pres. da GOL), Daniel Mandelle Martin (pres. da TAM), Ozires Silva (pres. da Varig) e Wagner Canhedo (pres. da Vasp), para discussão da situação da aviação comercial brasileira (gravado)
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
7h30 — Senado Notícias em ondas curtas para regiões Norte/Nordeste
8h — Senado Primeira Hora — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Comissão de Assuntos Sociais
Em seguida — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
13h30 — Na Cadência do Samba — Os grandes nomes da nossa música mais popular
14h15 — Senado Notícias — Edição da Tarde
14h30 — Sessão Plenária do Senado
19h30 — A Voz do Brasil
20h — Música e informação
20h30 — Na Cadência do Samba — Os grandes nomes da nossa música mais popular (reprise)
22h — Senado Notícias — Edição da Noite
23h — Escala Brasileira

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

CAE também estuda renegociação do Banco do Brasil com Mato Grosso



CAE aprofunda exame sobre venda de crédito com a Polônia

Antes de autorizar o governo brasileiro a negociar no mercado internacional créditos externos de US\$ 3,4 bilhões com a República da Polônia, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai aprofundar os estudos sobre o assunto. Ontem, a comissão aprovou pedido de vista apresentado pelos senadores Carlos Bezerra (PMDB-MT) e Eduardo Suplicy (PT-SP), a fim de que seja novamente analisado o parecer favorável à mensagem presidencial em que é requerida a autorização para a venda dos créditos. De autoria do senador Romero Jucá (PSDB-RR), o parecer ficará à disposição dos membros da CAE por mais cinco dias úteis. Em seguida, será submetido a votação.

Uma vez concedida a autorização do Senado, a dívida da Polônia poderá ser negociada com deságio (desconto), cujo valor dependerá do grau de risco apresentado pelo país devedor na ocasião da oferta.

Na verdade, o Brasil já perdeu 50% do valor original, por força de acordo no âmbito do Clube de Paris, no qual a Polônia – ao enfrentar grave crise econômica, em 1992 – conseguiu perdão parcial do que devia. Em razão disso, o Brasil recebe juros anuais de apenas 0,86%. Segundo Jucá, o mais conveniente seria vender esses créditos, fortalecendo as reservas internacionais.

O senador Osmar Dias (PDT-PR)

lamentou o fato de o Brasil estar sempre se sacrificando no intuito de honrar seus compromissos externos e, na hora de receber de volta o que emprestou, ser obrigado a conceder elevados descontos.

Vários senadores também solicitaram explicações sobre a consulta feita pelo Banco Central a respeito da renegociação de uma dívida entre o Banco do Brasil e o Estado de Mato Grosso. Pelos termos da renegociação, débito de R\$ 27,068 milhões do Departamento de Viação e Obras Públicas do estado foi reduzido a R\$ 4,3 milhões – valor equivalente a 15% do débito original. A redução, segundo o relator, senador Geraldo Melo (PSDB-RN), não fere a Resolução nº 78 do Senado, que disciplina o endividamento de estados e municípios, nem a Lei de Responsabilidade Fiscal. Para Melo, a redução do débito resultou de “queima de gorduras” acertada entre credor e devedor. Ainda assim, Lúdio Coelho (PSDB-MS), Osmar Dias, Jefferson Péres (PDT-AM), Lauro Campos (PDT-DF), Arlindo Porto (PTB-MG), Jonas Pinheiro (PFL-MT), Paulo Hartung (PPS-ES), Roberto Saturnino (PSB-RJ) e Paulo Souto (PFL-BA), manifestaram preocupação com a medida, principalmente pelo fato de o deságio ser coberto com recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste. A matéria deve ir a novo exame na próxima semana.

Projeto isenta funcionários estrangeiros de pagar CPMF

As missões diplomáticas, as repartições consulares de carreira, os organismos internacionais e regionais permanentes e os funcionários estrangeiros dessas entidades poderão ficar isentos do recolhimento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Isso é o que prevê projeto de lei de iniciativa do Executivo aprovado ontem, em caráter não terminativo, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Segundo o relator da matéria, senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), o

objetivo é adaptar a legislação brasileira às normas e convenções internacionais, que estabelecem tratamento recíproco ao obtido por brasileiros em outros países.

Presidida pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), a CAE aprovou também, em caráter não terminativo, parecer do senador Osmar Dias (PDT-PR), favorável ao projeto de lei da Câmara que confere maiores poderes ao Ministério da Agricultura e ao Conselho Nacional de Política Agrícola na execução da política agrícola do governo.

Lafer explica posição do país diante da crise internacional

Ministro das Relações Exteriores fala aos senadores hoje, às 17h30, no Plenário, por iniciativa de Jefferson Péres

O Senado aprovou ontem requerimento do senador Jefferson Péres (PDT-AM), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), para que o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, seja convidado a explicar a posição brasileira diante dos recentes ataques terroristas nos Estados Unidos e suas



Jefferson Péres pediu a presença de Celso Lafer no Senado

conseqüências. O presidente do Senado, Ramez Tebet, marcou para hoje, a partir das 17h30, sessão deliberativa extraordinária para o encontro de Lafer com os senadores no Plenário.

Por sugestão do senador Tião Viana (PT-AC), o presidente do Senado comprometeu-se a

formular convite extraoficial ao ministro da Defesa, Geraldo Quintão, para debater o mesmo tema a partir da ótica da defesa nacional e da vigilância interna. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) revelou que tem mantido conversações com militares brasileiros e que o Ministério da Defesa está realizando um simpósio sobre a Lei de Mobilização, que dará meios ao governo para, em momentos de emergência, requisitar e mobilizar equipamento e pessoal.

Ramez Tebet comparece a ato pela paz

O presidente do Senado, Ramez Tebet, comparece hoje a um ato de repúdio ao terrorismo e em favor da paz que se realizará no Salão Branco da Academia de Tênis, em Brasília, às 19h. Intitulado Ato Inter-religioso Pelas Vítimas de Terrorismo e Pela Paz Mundial, o evento é organizado pelo Rotary Internacional e deve contar com a presença de representantes da maioria das embaixadas sediadas em Brasília.

Sem pretensões políticas, o

evento pretende reunir pessoas de vários credos. Estarão presentes representantes do cristianismo, do judaísmo, do candomblé e do islã, entre outros grupos.

O objetivo do evento, segundo seus organizadores, é manifestar a posição dos participantes contra as múltiplas formas de terrorismo, que têm trazido angústia e insegurança aos cidadãos do planeta, vítimas potenciais da escalada de violência e injustiças.



Ramez Tebet participa do Ato Inter-religioso Pelas Vítimas de Terrorismo e Pela Paz Mundial

Subcomissão de Turismo discute crise da aviação

A crise das empresas aéreas nacionais, que se agravou após os atentados terroristas nos Estados Unidos, será o tema de audiência pública que a Subcomissão de Turismo da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza hoje, às 10h. Na opinião do presidente da subcomissão, senador Moreira Mendes (PFL-RO), o Senado pode



dar importante contribuição para que sejam encontradas soluções no momento em que a aviação comercial brasileira enfrenta dificuldades.

Antes mesmo da crise deflagrada pelos ataques terroristas a Nova York e Washington, que utilizaram aeronaves para atingir alvos em terra, as principais empresas aéreas nacionais já acumulavam fortes prejuízos. A Transbrasil, por exemplo, demitiu mais de mil funcionários neste ano e iniciou um processo de reorganização de suas rotas, com operações nos aeroportos de

Congonhas (SP), Santos Dumont (RJ) e Pampulha (Belo Horizonte). A Varig anunciou que vai reduzir o número de vôos e todas as companhias cortaram vôos internacionais.

Assim como o governo norte-americano, que anunciou um pacote de ajuda ao setor, o Palácio do Planalto publicou medida provisória (MP) abrindo a possibilidade de o Tesouro Nacional socorrer as empresas aéreas em casos de guerra e terrorismo. Nessas hipóteses, o governo teria como arcar com as indenizações decorrentes de atenta-

dos, livrando as empresas desses custos e reduzindo suas dificuldades financeiras. A MP teria atendido às reivindicações do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas (SNEA) e segue modelo adotado nos EUA e em países da Europa.

A crise estende-se à Embraer, cujas ações, desde os ataques aos EUA, vêm sofrendo forte desvalorização. Na sexta-feira, a empresa, que fornece peças e aeronaves para empresas de aviação comercial do exterior, anunciou 1,8 mil demissões e a revisão do programa de entregas de aeronaves. Como resultado, suas ações registraram desvalorização acentuada no início desta semana.

Foram convidados para a audiência pública da Subcomissão de Turismo os presidentes da Transbrasil, Celso Cipriani; da Gol Transportes Aéreos, Constantino de Oliveira; da TAM, Daniel Mandelle Martin; da Varig, Ozires Silva, e da Vasp, Wagner Canhedo, além do presidente do SNEA, George Ermakoff.

Comissão aprova Educação Física no ensino básico

Projeto que torna a disciplina obrigatória no currículo está pronto para ser submetido ao Plenário do Senado

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem projeto que modifica o texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para tornar explícito que a Educação Física é disciplina que integra o currículo obrigatório da educação básica. O projeto foi aprovado na forma de substitutivo da Câmara dos Deputados, que obteve parecer favorável do relator na CE, senador Moreira Mendes (PFL-RO). A matéria agora está pronta para ser submetida ao Plenário.

Pelo projeto, a Educação Física passa a ter o mesmo *status* de disciplinas como Matemática, Língua Portuguesa, História e Geografia, explica o relator. A senadora Emília Fernandes (PT-RS) congratulou o relator e o autor da proposta, ex-deputado Pedro Wilson (PT-GO), mas sugeriu que a obrigatoriedade seja estendida aos cursos noturnos. Pelo substitutivo aprovado, esses cursos foram liberados para adotar ou não a mudança.

O presidente da CE, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), enten-



Os senadores da Comissão de Educação aprovaram, além de outras matérias, modificação na Lei de Diretrizes e Bases

de que a mudança na LDB eliminará qualquer dúvida quanto à obrigatoriedade da Educação Física no currículo, mas advertiu: "Este projeto vai exigir gastos adicionais em quadras poliesportivas, principalmente agora que o Ministério da Educação adotou o projeto Abrindo Espaço, que prevê o uso dessas quadras durante os finais de semana, para acolher a comunidade".

O senador Romeu Tuma (PFL-

SP) destacou a contribuição que a Educação Física poderá dar para a redução da criminalidade e para ajudar a tirar crianças abandonadas das ruas. Por sua vez, o senador Arlindo Porto (PTB-MG) ressaltou que a proposta foi aprovada num momento em que o Ministério da Educação também adotou o Programa Esporte nas Escolas, para o qual deverá dotar os estabelecimentos de ensino de aparelhos e recursos.

Audiência pública debaterá ensino a distância

A Comissão de Educação também aprovou ontem requerimento do senador Moreira Mendes (PFL-RO) para que seja realizada audiência pública sobre o Programa de Interiorização e Educação a Distância das instituições públicas federais da Amazônia Legal.

Segundo o requerimento, serão convidados a participar da audiência os professores Ene Glória da Silveira, reitor da Universidade Federal de Rondônia, Jackson Colares da Silva, pró-reitor da Universidade Federal da Amazônia, Fabíola Lins Caldas, pró-reitora de Graduação da Universidade de Rondônia, e Maria Helena Guimarães, secretária-geral de Ensino Superior da



Moreira Mendes teve pedido de audiência pública acolhido pela comissão

Universidade Federal de Rondônia.

RÁDIOS

Foram ainda autorizadas as seguintes entidades a explorar radiodifusão comunitária: Associação Comunitária de Radiodifusão para o Desenvolvimento Social e Cultural de Pedro Canário (ES); Associação Comunitária de Radiodifusão de Bom Princípio do

Piauí (PI); Fundação de Saúde e Ação Social Pautilla Jordão, em Bonito (PE); Associação Cultural Comunitária da Estância, em Águas de Santa Bárbara (SP); Associação Comunitária e Cultural Pantaneira, em Coxim (MS); Associação Prestadora de Serviços à Comunidade Miguelopolense (SP); Associação de Integração Comunitária, em Antô-

nio João (MS); Rádio Comunitária Excel, em Alpercata (MG); Associação Comunitária Baturitense de Comunicação e Cultura (CE); Fundação Assaré para o Desenvolvimento e Assistência Social (CE); Associação Comunitária Seabrense de Comunicação (BA); Associação Comunitária e de Radiodifusão Neves, em Riachão das Neves (BA); Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social, em Valentim Gentil (SP); Associação Comunitária dos Moradores de Jaguaretama (CE).

Foram renovadas a permissão à Rádio Delta, de Atibaia (SP), e as concessões à Rádio Cacique de Sorocaba, em Votorantim (SP), à Fundação de Educação e Cultura, em Estância (SE), e à Rádio Difusora de Xanxerê (SC). Foram aprovadas permissão à Fundação Odilon Rezende Andrade, de Três Corações (MG), e concessões às fundações de Fátima, de Osasco (SP), e Educativa Santa Clara, de Canindé (CE).

Padre Cícero pode dar nome a barragem no Ceará

A Barragem do Castanhão, localizada no município de Jaguaribara (CE), passará a ser denominada "Barragem Padre Cícero", conforme parecer favorável do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) aprovado ontem pela Comissão de Educação. A proposta vai a exame do Plenário.



Lúcio Alcântara quer registrar papel social de Padre Cícero

— Levar o nome do padre Cícero à Barragem do Castanhão significa não apenas reverenciar sua memória, mas particularmente registrar perante a história o destacado papel desse brasileiro na luta por melhores condições de vida de seu povo — afirma o autor do projeto, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Conforme Ricardo Santos, a Barragem do Castanhão está em fase final de implantação e deverá ter capacidade de 6,7 bilhões de metros cúbicos de água, o que, entre outros benefícios esperados, representa a garantia de abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza. Além disso, afirmou o relator, "é notória a liga-

ção que o Ceará mantém com a figura do padre Cícero, convertido no símbolo máximo da religiosidade popular, como bem destacou o autor do projeto".

A CE também aprovou projetos que homenageiam o ex-governador Mário Covas, que dará nome ao Complexo Industrial Portuário do Pecém

(CE), e o ex-governador Ivan Bichara, cujo nome substituirá o do atual Viaduto Oitizeiro, localizado na BR-230, em João Pessoa (PB). As duas matérias foram relatadas, respectivamente, pelos senadores Pedro Piva (PSDB-SP) e Nabor Júnior (PMDB-AC).

Lúcio Alcântara também teve aprovado, por decisão terminativa, projeto de sua autoria que estabelece diretrizes gerais para a inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria. Com parecer favorável de Moreira Mendes (PFL-RO), a proposta determina que a honraria seja prestada por meio de lei e sob a condição de que tenham transcorrido pelo menos 50 anos da morte do homenageado.

Nabor Júnior resalta o pioneirismo da TV Amazonas

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) ressaltou o pioneirismo de Phelippe Daou, que, há 29 anos, inaugurou a TV Amazonas, em Manaus. A partir dessa emissora, ele construiu um império com dezenas de emissoras e repentinamente nos estados amazônicos, presentes em centenas de cidades, desde as capitais até povoados perdidos na mata, disse o senador.

Nabor Júnior afirmou que a história do Brasil é construída sobre personagens de força e determinação, "com a chama sagrada que abre fronteiras e consolida a presença nacional em distantes paragens". Esse, segundo o senador,



Nabor: história do Brasil é construída sobre personagens de força

é o caso de Daou, "um dos maiores entre esses gigantes, cravando na mata os marcos do progresso social e do desenvolvimento econômico".

O senador citou longa reportagem da *Revista Imprensa*, em que o repórter Tão Gomes Pinto destaca que Daou reina absoluto nas comunica-

ções na Amazônia. A entrevista do empresário, disse o senador, "é uma aula de brasilidade e de amor ao país".

— Quando o repórter pergunta se ele trabalha na Amazônia por patriotismo, ele responde que, em sua empresa, todos são idealistas — destacou Nabor.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Antonio Carlos Valadares, Ronaldo Cunha Lima, Jefferson Péres e Lúcio Coelho